

LEITURA COMO UM ATO DE LIBERDADE: REFLEXÕES SOBRE A REMIÇÃO PELA LEITURA NO PROJETO LEITURA LIVRE/UFPEL

MARUÃ CARDOZO CABREIRA¹; FELIPE LAZZARI DA SILVEIRA²

¹Universidade Federal de Pelotas - maruacabreira02@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas - felipelazzaridasilveira@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

O sistema prisional brasileiro enfrenta desafios de ordem estrutural e humanitária que dificultam a efetividade de políticas voltadas à dignidade da pessoa privada de liberdade. Nesse contexto, a leitura configura-se como método eficaz para a diminuição do sofrimento e para a promoção da dignidade da pessoa humana, sobretudo quando realizada sob uma perspectiva crítica e dialógica, nos termos propostos por Paulo Freire, funcionando como mecanismo de transformação pessoal e social. Isso porque, segundo o autor, quando a prática da leitura é concebida sob essa perspectiva contestadora, possibilita que os leitores se reconheçam como pertencentes ao mundo e desenvolvam consciência acerca das posições que ocupam na sociedade (FREIRE, 1987).

Especificamente à possibilidade de detrair dias da pena pela prática de leitura, embora ainda não tenha sido positivada na lei ordinária, a referida possibilidade de remição é um direito consolidado, o qual atualmente é regulamentado pela Resolução n.º 391/2021 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e da Orientação Técnica n.º 01/2022, recentemente reforçadas pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), ao fixar, sob o rito dos repetitivos, o Tema n.º 1.278, no qual se reafirmou a validade da prática.

Desse modo, ao se pensar a leitura como atividade educativa e considerando a educação como prática de liberdade (FREIRE, 2021), evidencia-se sua relevância para a reflexão crítica acerca da sociedade, de suas transformações políticas e sociais e, ainda, de seus impactos na reprodução da desigualdade, na marginalização e, conseqüentemente, no encarceramento em massa. Foi nesse contexto que o professor do curso de Direito da UFPel, Felipe Lazzari da Silveira, idealizou o projeto de extensão universitária “Leitura Livre”.

O projeto, até o presente momento, desenvolve-se em parceria com a Associação de Proteção e Assistência aos Condenados de Pelotas/RS (APAC) e com a Superintendência dos Serviços Penitenciários (SUSEPE). Nessa dinâmica, a prática da leitura é realizada com pessoas que cumprem pena na APAC, abrangendo atualmente 20 (vinte) apenados, sendo os livros disponibilizados pela SUSEPE.

Assim, o projeto possibilita que os alunos participantes atuem como agentes de transformação social por meio da promoção da leitura de obras literárias, da elaboração dos pareceres e da conseqüente remição da pena. Ao mesmo tempo, contribui para a efetivação da dignidade da pessoa humana e fomenta, entre os privados de liberdade, a autonomia pró-coletividade e a responsabilidade social.

Por fim, o presente resumo busca compartilhar as experiências vivenciadas no âmbito do projeto de extensão universitária “Leitura Livre”, enfatizando a leitura como instrumento de promoção da dignidade e de efetiva transformação social.

2. METODOLOGIA

O projeto de extensão universitária “Leitura Livre”, atualmente em execução, desenvolve-se por meio de encontros presenciais entre o professor coordenador e os alunos extensionistas na Faculdade de Direito da UFPel, com a finalidade de promover a organização e a avaliação das atividades realizadas. No que se refere à atuação junto às pessoas privadas de liberdade, esta ocorre por intermédio de reuniões presenciais realizadas com os participantes do projeto na APAC de Pelotas.

Os apenados participantes do projeto recebem, no início de cada mês — via de regra, no primeiro dia —, os livros destinados à leitura prévia à reunião de debates. Considerando que, conforme orientação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), somente é permitida a leitura de um livro por mês para fins de remição da pena, e que o projeto conta com 20 (vinte) participantes, são disponibilizados 20 (vinte) exemplares: 10 (dez) do livro X e 10 (dez) do livro Y. A divisão ocorre em razão da limitação de recursos, que impede a disponibilização de obras idênticas para todos. Posteriormente, procede-se à troca dos exemplares, de modo que aqueles que leram o livro X passam a ler o livro Y e vice-versa. Essa dinâmica favorece tanto o compartilhamento de experiências pessoais durante o período de leitura quanto o envolvimento direto de todos nos encontros de reflexão coletiva sobre as obras.

Ao final de cada mês, realiza-se na APAC a reunião de debates sobre uma das obras, conduzida pela metodologia da roda de conversa, mediada pelo professor coordenador e pelos alunos extensionistas. Nesse encontro, além do diálogo coletivo sobre a leitura, também são esclarecidas eventuais dúvidas a respeito da resenha individual que cada participante deve elaborar, referente ao único livro lido no período. As resenhas são avaliadas pela Comissão de Validação e, posteriormente, encaminhadas ao Juízo das Execuções de Pelotas/RS para deferimento da remição da pena.

3. RELATOS E IMPACTOS GERADOS

Das reuniões já realizadas na APAC de Pelotas, verifica-se o efetivo cumprimento do papel social da universidade, uma vez que têm promovido a interação entre os estudantes extensionistas e a comunidade atendida pelo projeto. Essa iniciativa contribui para a formação acadêmica sensível às pautas sociais, fortalecendo a preparação profissional voltada à promoção dos direitos humanos, à justiça social e à construção de uma sociedade mais inclusiva e democrática.

No que se refere aos impactos junto aos apenados participantes, os resultados têm se mostrado bastante positivos. Os envolvidos demonstram grande interesse nas atividades do projeto e, nas reuniões de debates, evidenciam a leitura integral das obras, revelando domínio do conteúdo, inclusive de trechos específicos que lhes chamaram a atenção.

Além disso, os participantes relatam o impacto pessoal ocasionado pelas obras literárias, uma vez que os debates frequentemente se direcionam para reflexões de cunho político e sociológico, estabelecendo conexões entre as leituras e suas próprias vivências. Desse processo, emergem análises sobre a constituição da sociedade e suas classes, bem como acerca dos mecanismos e

motivos que levam à criminalização de determinados grupos sociais e ao consequente encarceramento desses segmentos.

Assim sendo, constata-se que o projeto vem alcançando os impactos almejados desde a sua idealização. Nota-se o estímulo ao pensamento crítico-social dos participantes, que conseguem identificar tanto as causas pessoais quanto os fatores sociais que os conduziram à criminalidade, o que reforça o caráter reflexivo proporcionado pelas obras literárias.

No que tange à elaboração pessoal dos pareceres destinados à posterior submissão à Vara de Execução Criminal, os participantes têm demonstrado significativo comprometimento, ficando evidente a individualização na escrita. Alguns optam por uma redação mais próxima a um resumo da obra, enquanto outros desenvolvem análises acompanhadas de reflexões próprias. Desse modo, nota-se que cada um escreve de acordo com a forma que lhe é mais confortável, o que ressalta a autenticidade e a personalidade presentes nos textos produzidos.

Portanto, evidencia-se que o projeto exerce papel essencial na promoção da dignidade da pessoa humana, uma vez que a leitura, além de constituir uma ferramenta de formação crítica, também se apresenta como válvula de escape à realidade do cárcere, proporcionando conforto aos participantes e, ao mesmo tempo, estimulando sua autonomia intelectual e emocional.

Nessa perspectiva, a experiência vivenciada como aluno extensionista no projeto tem gerado reflexos diretos na minha formação acadêmica, assim como na dos demais estudantes envolvidos. A participação ativa em uma iniciativa de extensão voltada à promoção da leitura no sistema carcerário tem possibilitado o desenvolvimento de habilidades práticas e críticas sobre a temática, reforçando o compromisso dos discentes com uma atuação profissional mais humanizada, aspecto imprescindível para aqueles que atuam na área jurídica.

4. CONSIDERAÇÕES

O projeto de extensão universitária “Leitura Livre” materializa uma pedagogia voltada para a autonomia tanto dos alunos extensionistas quanto dos apenados participantes, na medida em que não os reduz à condição de meros receptores, mas os reconhece como protagonistas do processo educativo, em consonância com os ensinamentos de Paulo Freire (1987).

No âmbito do projeto, os apenados não são tratados como destinatários passivos de uma ação assistencialista, mas como sujeitos de direitos, capazes de refletir criticamente sobre sua realidade e as estruturas sociais que os atravessam. As leituras e os debates realizados possibilitam que sejam, como defendia Freire (1987), exemplos para si mesmos, encontrando na troca de experiências e na elaboração dos pareceres não apenas um instrumento de remição da pena, mas sobretudo um caminho para a afirmação da dignidade humana e a libertação da mente.

Dessa forma, o projeto reafirma a garantia da leitura às pessoas privadas de liberdade, promovendo a reflexão crítica, o desenvolvimento intelectual e a construção de práticas mais humanizadas no contexto carcerário.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Orientação Técnica nº 1, de 4 de julho de 2022.** Orientação Técnica destinada aos Juízos de Execução com vistas à efetiva implantação do direito à remição de pena pelas práticas sociais educativas, conforme Resolução CNJ nº 391/2021. Brasília, 04 jul. 2022. Acessado em 19 ago. 2025. Online. Disponível em:

<https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2022/07/orientacao-tecnica-dmf-cnj-01-2022-remicao-de-pena-praticas-sociais-educativas-1.pdf>

BRASIL. **Resolução nº 391, de 10 de maio de 2021.** Estabelece procedimentos e diretrizes a serem observados pelo Poder Judiciário para o reconhecimento do direito à remição de pena por meio de práticas sociais educativas em unidades de privação de liberdade. Brasília, 10 mai. 2021. Acessado em 19 ago. 2025. Online. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/files/original12500220210511609a7d7a4f8dc.pdf>

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **REsp nº 2121878 / SP.** Brasília, 13 ago. 2025. Acessado em 19 ago. 2025. Online. Disponível em: https://processo.stj.jus.br/repetitivos/temas_repetitivos/pesquisa.jsp?novaConsulta=true&tipo_pesquisa=T&cod_tema_inicial=1278&cod_tema_final=1278

FREIRE, P. **Educação como prática de liberdade.** 49. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2021.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido.** 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.